

Narrativas em fogo cruzado: Padre Cícero, Lampião e a Guerra de 14

Francisco Régis Lopes Ramos
Universidade Federal do Ceará

RESUMO

Levando em consideração as tensões historicamente constituídas nas práticas de violência do sagrado, o artigo enfoca a construção de memórias em algumas narrativas orais e escritas sobre Padre Cícero, Lampião e a “Guerra de 14”.

PALAVRAS CHAVE:

Memória, narrativa, violência, sagrado.

RESUME

Considérant les tensions historiquement constituées dans les pratiques de violence du sacré, l'article examine la construction de mémoires à travers quelques récits oraux ou écrits sur Padre Cícero, Lampião et la “Guerra de 14”.

MOTS-CLÉS:

mémoire, récit, violence, sacré.

Em março de 1889, acontecia, pela primeira vez em público, o “Milagre de Juazeiro”. A hóstia transmutava-se em sangue quando a beata Maria Madalena do Espírito Santo de Araújo (1863-1914) recebia a comunhão na missa celebrada pelo Pe. Cícero. Além desse, outros fatos extraordinários marcavam presença no pequeno povoado do Cariri: colóquios da beata com Jesus, sangramento de crucifixos e êxtases. A partir de então, os sertanejos começaram a alimentar crenças sobre o poder miraculoso do Pe. Cícero, criando rituais e narrativas em torno das forças do Além que aliviam os sofrimentos do viver. Enquanto isso, Pe. Cícero transformava-se em um poderoso dono de terras, com grande prestígio nos jogos da política local. Foi

o primeiro prefeito de Juazeiro (em 1911), influenciou o resultado de eleições e ajudou a promover o desenvolvimento comercial e agrícola da cidade.

Mesmo com as proibições da Igreja, as romarias não diminuíram. Pelo contrário, com o passar do tempo, Juazeiro transformou-se em um lugar sagrado de primordial significado para a religiosidade dos Sertões, atraindo um expressivo fluxo de peregrinos. Hoje, Juazeiro é uma das maiores cidades do Ceará. Nas suas ruas, estão as marcas do sagrado e do profano: no território onde o romeiro pede ou agradece “uma graça do Padrinho Cícero”, há uma desenvolvida atividade comercial que se destaca pela variedade de mercadorias em circulação.

Como parte dos resultados da pesquisa que realizei sobre a religiosidade de Juazeiro, apresento, aqui, algumas reflexões sobre relações entre a violência, o sagrado e a experiência de narrar, enfocando recortes específicos, como a “Guerra de 14”, a presença de Lampião em Juazeiro e as tessituras de escrita e oralidade na composição das narrativas

O CÍRCULO DA MÃE DAS DORES.

Em 1912, Franco Rabelo ganhou as eleições para o governo do Ceará, graças ao apoio da “Política das Salvações”, implementada por Hermes da Fonseca, em nome do combate aos grupos que, em seus Estados, desenvolviam práticas oligárquicas. No Ceará, o plano foi instalado com o objetivo de depor a oligarquia de Nogueira Accioly, que, desde os finais do séc. XIX, manipulava a máquina do Estado, por meio de fraudes eleitorais e toda sorte de falcaturas.

Vale lembrar que Franco Rabelo assumiu a presidência do Estado mediante um acordo com Nogueira Accioly. Em 1912, Franco Rabelo foi eleito com grande quantidade de votos. Mas, para ser empossado, necessitava da aprovação de 16 dos 30 deputados da Assembléia Legislativa, dominada por homens ligados a Nogueira Accioly. Para ter nas mãos o número suficiente de votantes, Franco Rabelo decidiu negociar com o velho oligarca. Entretanto apenas 12 deputados votaram a favor de Rabelo, que, mesmo ferindo a legalidade, foi empossado.

A conciliação entre Rabelo e Accioly logo se diluiu, abrindo espaço para um forte movimento de oposição liderado pelo velho oligarca. Em represália, Franco Rabelo decide levar a “salvação” para o mais articulado núcleo de apoio ao “acciolyismo”, ou seja, o Cariri. Padre Cícero e Floro Bartholomeu eram os dois grandes líderes na aliança entre os poderosos da região e Nogueira Accioly. O plano de Franco Rabelo era desmontar o

“acciolyismo” no Cariri. Em nome do “combate ao banditismo”, as forças rabelistas invadem a cidade do Crato e prendem o prefeito Antônio Luiz Alves Pequeno, que era primo de Accioly. Em seu lugar foi colocado o rabelista José André. Em fins de 1913, falava-se que, a qualquer hora, a cidade do Padre Cícero poderia ser invadida pelas forças de Franco Rabelo. Enquanto isso, espalhavam-se pelo Sertão notícias sobre uma possível destruição da terra do Padre Cícero. Muitos sertanejos foram para Juazeiro. Pretendiam, a qualquer custo, defender o lugar sagrado. Falava-se que Franco Rabelo queria levar para Fortaleza a cabeça do Padre Cícero enfiada em um pedaço de madeira. Para os devotos, o conflito entre Cariri e Fortaleza era uma luta entre o bem e o mal, entre Deus e o Diabo.

No dia 20 de dezembro de 1913, Juazeiro sofreu o primeiro ataque das forças rabelistas. A defesa foi realizada com a ajuda do “Círculo da Mãe das Dores”, ou seja, um conjunto de grandes trincheiras que os romeiros haviam construído ao redor da cidade.

Depois das vitórias sobre as forças de Franco Rabelo, um enorme contingente de sertanejos armados iniciou, sob o comando de Floro, uma “peregrinação” que só teve fim em Fortaleza. Pelo meio do caminho, aconteceram vários embates. Animados com o poderio bélico da multidão revoltada e incentivados pelas ordens de Floro, alguns combatentes esqueciam os conselhos do Padre Cícero e, durante as lutas, saqueavam ou destruíam os bens dos inimigos.

Várias cidades foram invadidas, como Crato, Miguel Calmon, Baturité e Quixeramobim. Em 14 de março de 1914, foi decretada intervenção federal no Ceará. Em seguida, Hermes da Fonseca depõe Franco Rabelo e nomeia o General Setembrino de Carvalho como Interventor do Estado.

O desenrolar da sedição revelou, de modo mais explícito, as ligações entre religiosidade e violência. Desde as primeiras ameaças de invasão até o fim do conflito, Juazeiro transformou-se em motivo para uma “Guerra Santa”. Um dos indícios sobre a cidade sagrada em “pé de guerra” é o livro do médico e cronista Irineu Pinheiro, *O Juazeiro do Padre Cícero e a Revolução de 1914*, publicado em 1938. Ao iniciar o relato, diz: “No dia 14 de dezembro chegamos a Joazeiro... As primeiras casas na estrada do Crato, o ponto mais acessível ao ataque inimigo, guarneciam-nas fortes contingentes de homens armados de rifles e de bacamartes.” Para sua surpresa, de dentro das casas vinham até a estrada sons de harmônica, “um dos instrumentos mais estimados pelo sertanejo”. Além disso, ele via que, nos pátios, “guerrilheiros conversavam e riam despreocupadamente. Alguns, com os punhais longos como espadins, descascavam canas de açúcar, tiradas de um canavial vizinho.”

De acordo com o cronista, o que mais impressionava era a “desproporção entre os homens armados de rifles, de bacamartes, de espingardas de caça e os desarmados, os que em mãos tinham apenas chuços, ou grossos cacetes, armados estes ao punho por fortes correias de couro, ou sola”. Dando continuidade ao seu relato, Pinheiro esclarece que “os chuços eram mui numerosos, de pontas afiadíssimas e se compunham de peças de ferro, ou de aço de 30 centímetros de comprimento, presas a um cabo de madeira por um anel do mesmo metal”.

Enquanto a polícia estadual possuía farto número de carabinas *mausers*, os “rebeldes” dispunham de reduzida quantidade de rifles, bacamartes e espingardas “pica-pau”. A grande maioria dos combatentes de Juazeiro não tinha arma de fogo. A saída foi o improviso. Engenhosamente, procurou-se diminuir a precariedade com “granadas de mão”, ou melhor, “meias garrafas cheias de pólvora misturada com caroços de chumbo, pequenos pedaços de ferro, etc., às quais adaptavam estopins”. Além disso, usaram-se “uns foguetões, espécie de *shrapnells* que, descrevendo no ar amplas parábolas, iam explodir entre os adversários em dezenas de estilhaços”.¹

Na vida daqueles homens pobres que defendiam Juazeiro, o improviso era uma necessidade. Para a sobrevivência, era preciso inventar, criar formas para vencer a escassez. No dia-a-dia e na “Guerra Santa”, os sertanejos procuravam vencer as dificuldades, as ausências, em *artes de fazer*, como diria Certeau. Seguindo as astúcias de cada dia, faziam as armas com os materiais disponíveis: cacetes, chuços, granadas de garrafas e foguetões. A guerra se fez com “astúcias de ‘caçadores’, mobilidades da mão de obra, simulações polimorfos, achados que provocam euforia, tanto poéticos quanto bélicos”.²

Na luta pela sobrevivência ou em situações nas quais há desvantagem diante do inimigo, a saída é o improviso criativo. As situações apertadas, com possibilidades estreitas, faziam emergir uma inventividade inusitada, que os gregos chamavam de *Metis*. No cotidiano da guerra ou da vida ordinária, compunha-se uma relação quase mágica entre subsistência e o improviso de papéis informais, sem os quais o próprio sustento de cada dia estaria comprometido.³

Os combatentes de Juazeiro eram despossuídos, mas não desvalidos. O Rosário era a grande arma para enfrentar qualquer forma de agressão, seja uma doença ou as tentações do mundo. Mas durante uma guerra, sabia-se que o Rosário também funcionava através de armas do mundo profano. A salvação para Juazeiro não caíria do Céu. Seria preciso lutar, pois na luta o sagrado se fazia presente. Seguindo esse princípio, os devotos pegaram em armas e construíram um impressionante esquema de proteção.

Para os mais envolvidos na religiosidade de Juazeiro, a palavra do Padre Cícero cumpriu um decisivo papel no aquecimento dos ânimos. Quando a ameaça de invasão tornou-se mais incisiva, Padre Cícero começou a dizer, em suas prédicas, que era urgente circundar a cidade por um grande valado. Pediu que todos trabalhassem na composição do esquema de defesa. Para isso, deveriam procurar o Sr. José Xavier, encarregado de comandar os trabalhos.

Durante a labuta, os fiéis começaram a chamar o valado de *O Círculo da Mãe das Dores*. Em menos de uma semana, tinha nove quilômetros de extensão. Para os fiéis, o sagrado não era somente uma abstração teológica. Além das bênçãos da “Mãe das Dores”, era preciso usar as táticas da guerra. Para escapar das balas, eram necessários suor e reza.

Ao som de benditos e orações, a mão calejada dos devotos escavou a terra e modelou os muros da cidade sagrada. Além de dar o sustento, o chão era a matéria-prima da proteção para o lugar onde Padre Cícero fez morada. Do barro, arrancavam-se o pão de cada dia e esculturas de defesa.

Irineu Pinheiro lembra que o chão era escavado mediante o uso de um variado instrumental, “desde a pá impelida por mãos possantes de homens até qualquer vasilha dessa da cerâmica local carregada por mulheres frágeis e meninos”. Removida a terra, construía-se uma barreira medindo uns dois metros de altura, “com orifícios, aqui e ali, formados com telhas e tijolos de abôde, por onde pudessem, a salvo, alvejar o inimigo”. Aos olhos do cronista, era impressionante o ritmo da construção: “Trabalhou-se de noite e de dia. Sob o sol e à luz de candeias”.⁴

Em seu texto, Pinheiro admirava a disposição e a coragem dos devotos de Juazeiro. Maravilhava-se com a extensão do “Círculo da Mãe de Deus”, mas sabia que tudo isso era fruto do atraso social. Era um intelectual admirado diante de fatos extraordinários, observador distante, sem envolvimento com o universo descrito. Partindo do mesmo substrato cultural da elite letrada, Leonardo Mota fez um registro do evento em outros moldes, procurando vislumbrar a fala dos combatentes. Trata-se, também, de um raro indício que focaliza o conflito “no calor da hora”:

Em março de 1914, por ocasião da sedição de Juazeiro contra o governo do coronel dr. Marcos Franco Rabelo, consegui de um romeiro do padre Cícero longa entrevista, quando as forças revolucionárias chegaram à cidade de Quixadá.

Num grupo de pessoas da localidade blasonavam três jagunços:

- Por Nossa Senhora das Dore cumo se nós pegasse o comandante Ladislau,

ele apanhava que nem couro de pisá tabaco!

- Eu, por meu Padrim, vou inté pro inferno, quanto mais pra sumitéro que é lugá sagrado.

- Eu só queria tê um gosto na vida; era espetá este espim no bucho do Franco Rabelo.

(E o que assim falava mostrou a lâmina de enorme punhal e protestou contra o ajuntamento que se lhes fazia em torno, explicando que ali 'não morrera galego').⁵

A guerra também fazia-se com palavras. Falar sobre o que estava acontecendo, a um curioso no meio do caminho, ou em conversas do cotidiano bélico, era mais que uma troca de informações. Tratava-se de um ato criador, poético, como mostra a voz do guerreiro: "Eu, por meu Padrim vou inté pro inferno, quanto mais pra sumitéro que é lugá sagrado". Palavras como essas eram criadoras e criaturas da peleja diante do inimigo. Faziam parte da sedução pelo poder de vencer o opositor e da ambígua atração pelo risco de morrer em combate. Ao compor as tramas do dizer, os combatentes envolviam-se em uma estética da violência sacralizada. Deus e o Diabo correndo no suor e no sangue. (Con) fusão de sagrado e profano que inverte e reverte, fazendo da violência um pecado que não é mortal.

A condição de existência do narrar é uma audição. Na voz, o homem localiza-se diante de si, dos outros e no mundo. Como afirma Paul Zumthor, "aquilo que dá margem a falar, aquilo no que a palavra se articula, é um duplo desejo: o de dizer, e o que devolve o teor das palavras ditas". Nesse sentido, falar faz existir o vivido de uma determinada forma, qualifica e delinea traços da experiência. A comunicação oral "confere um Nome, na medida em que o que é dito nomeia o ato feito, dizendo-o".⁶ Narrar os lances da guerra era situar-se.

Além de abrir visibilidade para os métodos dos folcloristas, o relato de Leonardo Mota pode ser entendido como indício da tramóia de palavras e memórias que brotavam no pipocar das balas. Com maior ou menor intensidade, ouvir e falar eram rituais de materialização poética das crenças que se faziam na vontade de lutar.

-Lembra-se como e por que começou a guerra?

-Meu Deus! Isto não começou isturdiá? Cumo é que eu não é de me alembrá? Vamicê não sabe que o Rabelo inticava com meu Padreim Pade Cisso e só vivia de puxá arenga com nós no Juazeiro, querendo prendê, fazê e acontecê? Nós é que fumo agredido no princípio. Isso dagora é carrêra que êles tão dando. Apanharo no Crato, na Mutuca, no São Bento (Miguel Calmon) e tem que apanhá no Ceará. Lá, sim que o salseiro vai sê grosso. Mas eu só tou

é inda havê nesta pruvíncia quem ignore que o Rebelo é que é o causo de quanta desgraça hai no mundo, de tudo que é descontramantêlo.

- O Sr. é mesmo de Juazeiro?

- Sou e não sou, sendo... Moro lá, há muitos ano. Natural eu sou doutro lugá, mas percuirei a potreção de meu Padrim mode uma 'vadiação' que eu fiz...

- Quantos homens estão em armas?

- E eu sei? É gente cumo quisé! Ninguém conta não. Anda tudo de magote... Já vi dizê que mais seu Curunéu e seu Doutô (Pedro Silvino e José de Borba) temos aqui mais de dois mil. Mas bastava a metade. Munta gente tá aqui só pru via de robações. Aqui hai 'romeiro' e hai 'rombeiro'. Por certa gente eu não meto a mão no fogo... Eu, quando me alembro do que meu Padrim recomendou e vejo certos desprepôsto, só me reina na natureza é me largá pro Juazeiro.

O mote de tudo era a fé e a coragem, uma estética da violência sacralizada. Misto indefinido de gosto pelas peripécias do conflito e o encantamento recôndito ou explícito de contá-las, de fazer e ouvir a astúcia das palavras. Valentia em nome de Deus não significava pecado mortal. Talvez nem fosse pecado e sim heroísmo do "guerreiro sagrado". Pecado de verdade era desrespeitar as ordens do padrinho. Por isso, "romeiro" não poderia ser confundido com "rombeiro".

-Então o Padre Cícero lhe deu conselhos e pediu que não saqueassem?

E antão? Deu, nhô-sim. Boni-t-o-tó, macacheira mocotó! Cansei de vê ele dizê que quem bebe cachaça é raposa doida, que se respeitasse famia e não se bulisse no aleio. Mas aqui tem gente que só qué é desgraça os pissuído dos rabelista. Tou amarelo de vê se dizê: 'Rabelista resistiu, matou! Esmoreceu, perdoou, mas estragou!' Tem dêles que diz que no Ceará é que é! Não vê que lá tem um tal de Frota Gentil que é rabelista e tem gazimira pra mandá pro diabo?

Mas o dr. Borba e o cel. Silvino não podem conter êsses que assim procedem, desatendendo às recomendações do Padre Cícero?

Lá o que! Pra essa gente só mermo seu Dr. Fuloro que é home de pouco conseio. Cabra pro lado dêle ou procede ou leva o diabo. Pra sujigá um, pra pegá um pela amarra do chocaio, foi quem Deus deixou! Aquilo, sim, é que é que é sê home resolvido!

Sagrado e profano. Ou melhor: o sagrado através do profano. Nem sempre a recomendação do Padre Cícero era suficiente. Era preciso a interferência de Floro, um "home resolvido". Por outro lado, não é possível descartar a idéia do profano pelo profano, quer dizer, de homens que obedeciam aos gritos de Floro não somente por compromisso religioso com

o Padre Cícero, mas por reconhecer a autoridade do chefe. De um jeito ou de outro, não é plausível criar explicações nos moldes de uma lei geral.

Quais são os mais valentes, entre os srs.? Não há alguns mais valentes do que os outros?

Seu moço, isso de disposição pra brigá a ocasião é quem dá. Não hai home mais home do que outro, não!... Mas aqui tem munto cabra ditriminado: o Zé Pinheiro, o Tempestade, o Baliza, o Mané Domingó, o Zé Pinheiro, o Bôca de Sangue, o Moita Braba, o Calixto, tem uma pução dêles.

E as tropas do cel. Franco Rabelo mostraram bravura?

Qual foi coisa que eu nunca vi nêles foi vantage. Nós vimo vê home no São Bento... No Juazeiro ninguém podia nem atirá neles; chegavo, davó um tiro na gente e corria tudo pra trás. Parecia brincadeira de menino. Foi mode isso que nós apelidemo êles de macaco, porque só faziam corrê. Ninguém podia nem botá um cerca lorenço nêles. Agora, a gente de seu Zéquinha Contenda e de seu Jota da Penha, não! No São Bento, sim, nós topemo serviço... (...) Nisso, passa por nós um grupo de romeiros, conduzindo em triunfo muitos feixes de foguetes. Meu interlocutor falou alto:

- Esbarra aí, rapazeada. Eu também quero entrá nesse forguêdo. Espie: se seu Curunéu ou seu Doutô proguntare porque diabo é isso, nós diz que é porque meu Padrim hoje intera era...⁷

Para os combatentes, o bacamarte não era, em princípio, o oposto do rosário. A violência em nome do “padrinho” era também um ritual religioso. Não se tratava de uma agressão gratuita. Nem todos agiam sob direta influência de valores do sagrado, mas o impulso primordial para a grande maioria era a luta religiosa. Certamente, em uma querela de outra natureza, muitos dos que combateram não teriam disposição para pegar em armas.

A devoção não elimina a violência, porque há uma violência sagrada. Por outro lado, ter a violência como profissão não elimina a devoção. Basta lembrar que Lampião e outros cangaceiros eram devotos do Padre Cícero. Rezavam como os romeiros. Em seu livro de memórias, Sila ressalta que, no cangaço, “só se dormia e se levantava depois que rezava”. Era uma religiosidade que se fazia em íntima relação com as táticas de proteção: “Todos os cangaceiros tinham muita fé, carregavam um patuá no bolso para se defender. Às vezes esse patuá era mandado pela mãe, por parente ou por algum amigo.”⁸

Assim como a vida de Lampião ou de Antônio Silvino, a “Sedição de Juazeiro” criou um caleidoscópio de memórias no imaginário dos devotos do Padre Cícero. Os romeiros que hoje transitam pelas ruas de Juazeiro sabem que, “no tempo antigo teve uma guerra contra o meu Padrinho”.

Oscilando entre a lembrança nebulosa e a riqueza de detalhes, a “Guerra de 14” faz parte da multiplicidade de sentidos que constitui o espaço de Juazeiro.

Na escrita dos poetas que louvavam Padre Cícero, ou nas tradições orais, o conflito não era um fato isolado. Estava inserido na rede de acontecimentos prenunciada na voz dos profetas.

Para Antônio Batista, no folheto *A Guerra de Juazeiro em 1914*, tudo fazia parte do grande mistério que fundou a “Nova Jerusalém”: depois de muito sofrimento, “O sangue de Jesus Cristo / nos dará grande conforto / as serras se distanciam / o povo encosta no porto / aonde morreu Jesus / pregado na santa cruz / aonde se avista o horto”. Mas não se sabe quando vem este mistério. Por enquanto, é possível afirmar que “De 10 até 19 / Sofre quem nunca sofreu, / De 20 até 29 / Corre quem nunca correu / De 30 até 39 / corisca, tropeja e chove / perde quem nunca perdeu”. Seguindo a tradição das previsões que aparecem na Literatura de Cordel, o poeta dá continuidade ao seu discurso afirmando que “De 40 a 49 / A perseguição aumenta / De 50 a 59 / A era fica cruenta / O sangue pede vingança / O povo perde a lembrança / Um só pastor apascenta”.

Para o combatente entrevistado por Leonardo Mota, toda violência da guerra tinha relação com as profecias do Frei Vidal:

- E como foi que o Padre Cícero juntou tanta gente?

- E foi lá êle que ajuntou o quê. Tudo isso foi se ofrecê, dizendo que queria dá co Rebelo dentro d'água do má... Êh, seu moço, meu Padrim, pra defendê êle, tem gente que só pomba de bando! Êle disse que quando nós acabasse de impô o Rebêle, quando nós acabasse de quebrá a castanha do bicho nós só tinha seis mês de descanso. Adispois, eu acho que seu Pinheiro Machado qué que nós vá fazê um serviço do Danta Barreto no Pernambuco e eu acho que aí nós grita a monarquia! Vamincê nunca viu falá nas profecia do Frei Vidal? Apois os véio daquele tempo diz que êle dizia que nestas era dagora havira de havê uma pendenza, que principiava no sertão e ia acabá na pancada do má.⁹

Tudo estava escrito, ou melhor, falado: “havera de havê uma pendenza, que principiava no sertão e ia acabá na pancada do má”. Assim como Antônio Conselheiro e vários outros sertanejos, o combatente entrevistado por Leonardo Mota sabia que a guerra era o prenúncio das inversões enigmáticas: “a roda grande iria correr dentro da pequena”. Era uma guerra misteriosa, grávida de razões que só a poesia profética sabia vislumbrar.

Para Antônio Batista, no folheto *Guerra de Juazeiro*, os inimigos do Padre Cícero “morriam de fazer pena”: “quem se meteu a valente / logo cedo se acabou / padrinho Cícero Romão / botando a santa bênção / Juazeiro

triufo”. As balas tinham um percurso inesperado: quando os soldados do governo fizeram uma rajada, “as balas se revoltaram / foram pra frente e voltaram...”. Nesse revertério miraculoso, “Morreu tanto do capanga / que o sangue ensopou o chão / pra todo lado se via, / pedaço de cabeça e mão...”.

Nada adiantava a superioridade bélica do adversário. No folheto *História da Guerra de Juazeiro na Guerra de 14*, João de Cristo Rei fala que “armaram contra os romeiros / um canhão grande demais / porém quando detonaram / o estampido voraz, / a peça rodou o pé / deu o tiro para trás”.

O poeta Minelvino da Silva conta que, na previsão dos “rabelistas”, o canhão deixaria Juazeiro em pedaços. Mas, antes de dar o tiro do tão falado armamento, o comandante mandou dizer ao Padre Cícero que um poderoso canhão faria a vitória do Governo: “... Isto com poucos disparos / acaba com o Juazeiro / Morre Padre, morre Freira / Sem escapar um romeiro”. Diante do bombardeio de palavras, Padre Cícero contra-ataca: “... esse canhão que me falas / Que tem tanta proporção / A bala que sair dele / eu pego com minha mão”. Na voz do poeta, o conflito era, também, uma guerra de palavras, confronto verbal, como se fosse um desafio entre dois cantadores, em peleja nas noites do sertão, seduzindo a imaginação dos ouvintes.

Dando continuidade ao seu relato, Minelvino afirma que “levaram um grande canhão / dum tamanho extravagante / pra acabar com o Juazeiro”. Mas, os fiéis armaram-se “de espingarda e cacete / conforme o Padre ordenou”. Na hora do confronto, o disparo do famoso canhão deixou o inimigo completamente decepcionado: “a bala só fez voar / caiu lá no Juazeiro / não conseguiu disparar”.

Na voz de Cristo Rei, o canhão era “grande demais”. Para Minelvino, era “dum tamanho extravagante”. Contudo nada representava diante dos poderes de Juazeiro. Seguindo modelos narrativos da tradição, expor a potência desmedida do inimigo era mostrar como Cícero era um padre poderoso.

Como nos folhetos de cavalaria sobre Roldão ou Carlos Magno, as narrativas em torno da “Guerra de 14” constituem-se em episódios desmedidos, em acontecimentos hiperbólicos que satisfazem os ideais de heroísmo e religiosidade do poeta e de seu público. A profusão de superlativos poéticos, como o caso da bala que vai e volta, fazia da guerra uma memória sedutora, sobretudo para os mais identificados com o romanceiro épico difundido nas tradições do sertanejo. Neste “realismo encantado”, é perfeitamente plausível anunciar que o Padre Cícero apara uma bala de canhão. Para os envolvidos na experiência religiosa, casos dessa natureza deixam a narrativa mais verossímil e, antes de tudo, mais sedutora, para ressoar nas entranhas do ouvido.¹⁰

Cada verso (ou cada depoimento oral) é individual e coletivo, revela variações da infundável tessitura de histórias que circulam na crença dos devotos. Várias são as formas de falar sobre a inserção da “Guerra de 14”, em um sentido maior, em uma rede de significados que se expressa na voz profética, em complexa simbiose com tradições cujas origens perdem-se no tempo. Os múltiplos sentidos enredados na sacralidade da “Guerra de 14” são atualizações e recriações de imaginários que se fizeram em outras historicidades.¹¹

Se fazem parte de longas tradições, como as histórias de Carlos Magno, as narrativas da “Guerra de 14” não podem ser tratadas somente como “resquícios” do tempo pretérito. Não perfazem um conjunto de “sobrevivências”. Pelo contrário, são manifestações vivas e em profundo compromisso com o momento no qual foram compostas. Não revelam permanências congeladas e sim atualizações de imaginários, recriações socialmente engendradas, situadas em especificidades históricas.

Assim como a vida do Padre Cícero e de Lampião, a “Guerra de 14” deu “boas histórias”, entrou em ressonância com valores dos sertanejos. Abriu possibilidades para o uso ético e estético da palavra, em histórias que ganham a qualidade de “caso interessante”. Aí a noção de verdade alarga-se em uma peleja sem fim, pois o que mais importa é o fato ser exposto de forma atraente. Sobre esta questão, a palavra de Ariano Suassuna é bem significativa:

Na minha vida, não me acontece nada. Modéstia à parte, eu sou um bom cidadão, por isso não me acontece nada. Não sei se vocês já descobriram: tudo que é ruim de passar é bom de contar e vice-versa. Experimente chegar junto de um amigo e dizer assim: - ‘Olhe, no ano passado, em janeiro, a minha vida estava ótima. Em fevereiro, também. Março, olhe, foi uma delícia’. Daqui a pouco, o sujeito: - ‘Rapaz, vai encher outro!’. Agora, se vocês forem presos, digamos em junho, aí o camarada se interessa logo, porque é bom de contar. Por isso mesmo, um assassino é mau cidadão, mas é um excelente personagem. O sujeito que não faz mal, nem rouba nem mata, é um péssimo personagem, não acontece nada a ele. Eu sou um desses. Como personagem, sou um desastre.¹²

Antes de ser explicado, o Juazeiro dos devotos é narrado. É na poética das palavras que a “Terra da Mãe de Deus” reafirma-se como espaço sagrado. A crença vem imbricada com o ato de nomear. Isso significa que dizer, na voz ou na escrita, não é só informar, mas fundar o sagrado, diante de quem fala e de quem escuta, ou em face do leitor e do próprio escritor.

O Juazeiro sagrado também se faz no dizer e no escrever, a partir da

audição, da visão, do olfato, do tato e dos devaneios. A partir do indizível e do invisível... Viver a sacralidade envolve o ato de saborear, com a sonoridade da palavra dita ou escrita, o encantamento de ser criador e criatura do Além que se faz nas “coisas do mundo”.

ENTRE DEUS E O DIABO

No seu testamento, de 1923, Padre Cícero fez um rol de avaliações sobre os seus quase oitenta anos de vida. Além de mostrar que conservou a virgindade, que não tinha a menor vontade de assumir a prefeitura de Juazeiro, que foi perseguido pela Igreja e que nunca se beneficiou com os presentes dos romeiros, ele ressaltou que não teve a menor participação na “Guerra de 14”: “não fiz revolução, nela não tomei parte, nem para ela concorri, nem tive nem tenho a menor parcela de responsabilidade direta ou indiretamente nos fatos ocorridos”.¹³

O testamento não era somente a listagem de heranças e herdeiros. Tratava-se também de uma estratégia para inibir críticas em torno do seu nome. Mas o esforço do Padre Cícero pouco adiantou. Pelo contrário, contribuiu para gerar uma maior quantidade de polêmicas. Além da “Guerra de 14”, outros acontecimentos também alimentaram debates acalorados em torno Padre Cícero, como a visita de Lampião a Juazeiro. Foram momentos que se transformaram em um complexo conjunto de imagens, que se excluem e se entrelaçam nas formas pelas quais a espacialidade de Juazeiro ganha sentido. Neste caso, a questão central não era definir a cidade como “centro de fanatismo” e sim como “núcleo de banditismo”, que, no final das contas, era quase a mesma coisa, pois os “fanáticos” estavam a um passo do ato criminoso.

Tudo indica que Lampião foi à “terra do padrinho” porque Floro lhe fizera o convite para participar do “Batalhão Patriótico”, que deveria desbaratar as tropas da “Coluna Prestes”. Floro, com o apoio de Artur Bernardes, ficara encarregado de reunir homens, dando-lhes fardas, armas e munição. Sob seu comando, o “Batalhão Patriótico” deveria “defender a nação”. Na época, a imprensa de Fortaleza noticiou que a nova empreitada de Lampião era mais uma prova que colocava o Padre Cícero no rol dos protetores de bandidos. Juazeiro aparecia, mais uma vez, como um espaço no qual o banditismo tinha livre acesso. Diante das acusações, o próprio Padre Cícero publicou, no *Jornal do Comércio* do dia 06 de março de 1926, uma longa carta em forma de defesa. O principal argumento do Padre Cícero baseou-se em um questionamento que ele mesmo se fez: “Porventura sou eu chefe de Polícia, comandante de tropa, autoridade que tenha o dever de

prender os delinquentes?”. Em seguida, ele afirmou que sua postura não contrariou seu papel de missionário católico. Com linguagem clara e incisiva, Padre Cícero argumentou que, ao aconselhar Lampião, agiu “apenas como sacerdote”, que tinha o dever de mostrar o bom caminho. Para terminar, reafirmou que não era protetor de cangaceiros e propôs aos governos estaduais um plano de combate ao banditismo, “numa acção conjunta, segura e bem orientada na qual não falem também os sentimentos de humanidade e caridade Christãs...”.¹⁴

Nas narrativas populares, Lampião é marcado por complexidades mais ou menos específicas: ora é visto como herói injustiçado, ora é visto como assassino de injustificável crueldade. O cangaço aparece dentro de uma grande (con) fusão de imagens, em que a síntese explicativa quase sempre está ausente.

Assim como Antônio Silvino, Lampião também é tido como herói, um “destemido justiceiro”, cuja missão foi vingar a morte do pai. Percebe-se que sua vida no cangaço não foi uma opção escolhida livremente e sim uma imposição das circunstâncias: diante das injustiças, Virgulino entrou em um caminho sem volta. Por outro lado, não é sempre que os poetas aceitam as crueldades do Capitão Virgulino. José Pacheco diz que ele não conseguiu a permissão para ficar no inferno, pois o Chefe das Trevas teria anunciado: “Lampião é um bandido / ladrão da honestidade / só vem desmoralizar / a nossa prosperidade / e eu não vou procurar / sarna para me coçar / sem haver necessidade”. Com certo humor e atordoado com a força do seu protagonista, o poeta infere que “... tratando de Lampião / muito embora que não possa / vos dar a explicação / no inferno não ficou / no Céu também não entrou / por certo está no sertão”.

Justo ou injusto? Puro ou pecador? Herói ou bandido? Nas metáforas da poética popular, tais perguntas recebem respostas positivas e negativas. Há um enigmático misto de simpatia e reprovação quando os folhetos falam sobre esses “homens honrados”.

Vale lembrar que, nas tradições do sertão, “lavar a honra com sangue” é um postulado legítimo e digno. Matar com justo motivo não é algo vergonhoso. A vingança é o dever (e o direito) da masculinidade. Conforme Chagas Batista, Antônio Silvino fez sua defesa dizendo o seguinte: “...nada fiz escondido / e mesmo todos conhecem / minha vida de bandido / nenhum crime me desonra / dos que tenho cometido”. Em outras palavras: foi criminoso, mas não feriu a honra. Foi homem, portanto deve ser perdoado. Mais que isso: foi homem destemido, por conseguinte teve qualidades para ser cultuado como imagem viva no altar dos heróis.

A cultura de “lavar a honra com sangue” guarda íntima relação com as estruturas de poder desenvolvidas na chamada “Região Nordeste”. Sob a égide do “pacto colonial”, gerou-se uma elite de grandes proprietários que alimentou as texturas do poder local. De forma geral, o mundo dos que construíram a “Terra da Mãe de Deus” foi marcado pelo forte atrito entre poder público e privado, com a recorrente utilização da lei da força no lugar da força da lei. Na pesquisa *Os Feitosas e o Sertão dos Inhamuns* (de 1700 a 1930), Billy Chandler afirma que “as instituições políticas eram fracas, e isso resultava na utilização freqüente de outros meios para solucionar assuntos que, de acordo com a lei, estavam sob a alçada do governo”.¹⁵ Não raramente, as querelas desembocavam na aplicação da “lei do bacamarte”, como mostra a métrica popular: “No bacamarte eu achei / leis que decidem questão / que fazem melhor processo / do que qualquer escrivão.”

Na cultura que tem no uso do Bacamarte e do Rosário um valor ético e estético, em misturas de sagrado e profano, as memórias sobre a presença de Lampião em Juazeiro ganham contornos não muito definidos. Mesmo com o título de criminoso, o que muitas vezes predomina é uma admiração diante do homem que tinha a coragem de enfrentar os poderosos, quer dizer, os latifundiários, o Estado e a Igreja.

No folheto *Conselhos do Padre Cícero a Lampião*, há um fluxo narrativo que constitui a existência de dois destinos sacralizados: o bem e o mal, Deus e o Diabo. É como se as vidas do Padre Cícero e de Lampião estivessem determinadas por forças do Além. Ambos estariam envolvidos em uma missão dada pelos mistérios do destino. Tratar-se-ia do encontro entre dois mitos. De acordo como o poeta, o Padre Cícero, ao ver Lampião, logo fez um pedido: “... Deixe a carreira dos crimes / Se torne um regenerado / Se me promete deixar / Lhe prometo trabalhar / Pra você ser perdoado.”. Diante da proposta, respondeu Virgulino: “... Padre muito agradecido, / Não posso deixar agora / Porque estou comprometido / A tomar certas vinganças, / Porém mantenho esperanças / De deixar de ser bandido”.

De acordo com o folheto, Lampião estava preso em sua própria vida: “Senhor Padre peça a Deus / Para mudar meu destino / Porque eu sou cangaceiro / Desde o tempo de menino / Já fiz milhares de danos / E já tinha só quinze anos / quando me fiz assassino”. Dando continuidade ao seu depoimento, Lampião afirmou que sua vida estava cheia de pecados. Se todos fossem computados dariam uma grande soma de “danos e ofensa”. Além disso, ele tinha até relações com o inferno, portanto não mereceria perdão: “Já mandei fechar meu corpo / Por um velho feiticeiro / Já fiz pacto com o diabo / Pra não ser prisioneiro; / Padre queira me explicar / Se Deus

pode perdoar / A um tão vil cangaceiro”.

Depois de receber a longa confissão de culpas, Padre Cícero anuncia que, para todos os crimes, Deus poderia dar o perdão, bastaria o arrependimento. Além de mostrar a possibilidade do acolhimento divino, Padre Cícero promete outros benefícios: “Logo que tu resolveres / Honestamente viver / Volta aqui no Joazeiro / Que posso te defender / Abandona esse cangaço / Que eu te garanto que faço / O governo te proteger”. “Sr. padre eu continuo / No cangaço inda tres annos...”, responde Lampião. Ao reafirmar que sua vida estava enredada no destino, ele explica que somente depois de pôr em prática o seu “programa dos planos”, voltará a Juazeiro: “e então lhe confessarei / Todos meus crimes e danos”.

Os dois mitos saem fortificados: Padre Cícero mostra que cumpriu seu papel de santo e Lampião reafirma seu destino guerreiro, de homem destemido que também possui sua missão. No entanto, esta não é uma síntese de contrários. A narrativa não resolve o antagonismo. Apenas expressa a possibilidade de encontro, no desencontro, na oposição de imagens e memórias. Assim como a grande parte das histórias contadas no universo da oralidade, o folheto se faz num jogo de sentidos que perderia sua vitalidade se fosse enquadrado em algum esquema explicativo.

Se a vida do Padre Cícero segue, mais ou menos, modelos hagiográficos, se a vida de Lampião oscila entre o romance heróico e o repúdio contra o facínora, o encontro dos dois deixa a vida de cada um ainda mais complexa, em dimensões mais profundas de “caça não autorizada”, como diria Michel de Certeau.¹⁶

No folheto *Visita de Lampião a Juazeiro*, José Cordeiro mostra a vitalidade do herói Virgulino usando uma analogia com o prestígio dos missionários: “Sobre o terreiro da casa / o povo se comprimia / Lampião dentro da mesma / não dava pra quem queria / nem mesmo em santa missão / eu vi a população / que ali permanecia”. Em relação com o desenrolar do folheto, esse recurso expressivo assume a condição de textura poética que vislumbra em Lampião uma imagem sacralizada.

Lampião e seus cangaceiros encarnavam a estética da violência: “Achei bonito, franqueza / vendo esse grupo formado / todos tendo no pescoço / vistoso lenço amarrado / usando tudo a capricho / alpargata de rabicho / chapéu de couro quebrado”. A indumentária compunha um todo harmônico: “Tudo trajava uniforme / (semelhante por igual) / passado a tiracolo / de cada lado um embornal / três cartucheiras na frente / um revólver reluzente / e um desmedido punhal.”

Um forte elemento do herói que seduzia os imaginários do sertão

era a competência bélica entrelaçada com a astúcia destemida para enfrentar os inimigos. Lampião, portanto, era uma excelente personagem para as tramas do cordel:

Falei com ele e depois
da minha apresentação
perguntei-lhe: me conhece?
- Conheço por tradição
Não é você o poeta
Que fez a obra completa
Façanhas de Lampião?
- Sou eu mesmo, respondi-lhe
- Você tem boa memória!
Ele me disse: Cordeiro
Componha agora uma história
Compondo, quero descrita
A causa desta visita
Na minha dedicatória.

Para dar conta desse pedido, José Cordeiro desenvolve uma longa exposição sobre os guerreiros, de acordo com as palavras de Lampião:

Bote em primeiro lugar
o mano Antônio Ferreira
que desde o ano de 15
enganchou a bandoleira
até a data presente
tem vivido unicamente
do rifle e da cartucheira

Depois disso tem Sabino
Que é um peito de aço
Do sertão paraibano
Bicho feito no cangaço
Briga tão desassombrado
Que quase todo soldado
Teme o peso de seu braço
Tem outro, José dos Santos
Conhecido por Seu Chico
Também tem Jorge Salu
Por alcunha Maçarico
É um tigre canguçu
Onde ele passa, urubu
Três dias não cessa o bico.

Tem o Raimundo da Silva
Apelidado Aragão
Esse cabra aperreado
Arremete um batalhão
Cada tiro disparado
Custa a vida dum soldado
Não perde o prumo da mão.

Em mais de oito páginas, o poeta continua neste mesmo ritmo, citando os nomes e as qualidades dos cangaceiros. Ao todo, são quarenta e dois nomes, todos associados à coragem e à competência fora do comum (ou sobrenatural) para enfrentar o inimigo, ou melhor, a polícia. Avaliando seu contingente de guerreiros, diz Lampião: “Com essa rapaziada / é que ando atualmente / o mais fraco do meu grupo / briga com dez e não sente...”.¹⁷

Mesmo com admiração diante dos cangaceiros, o poeta sabe que o herói tem suas contradições, e que nem tudo pode ser dito: “Eu desejava, leitores/ fazer uma história exata / mas como devem saber / que nem tudo se relata / mas para ver Lampião / pobre não tinha razão / só a tinha os de gravata”. Logo em seguida, há uma confirmação da crítica em tonalidade irônica: “Perdão desta estrofezinha / que a fiz inconsciente / vou prosseguir na história / de Lampião o valente / me desculpe os de gravata / foi uma idéia insensata / dessa pena impertinente”.

De acordo com o poeta, Lampião não esqueceu de explicar o motivo de sua visita a Juazeiro:

A causa dessa visita
vou dizer de antemão
para que ninguém suponha
que foi mera presunção
eu entrei aqui armado
foi mediante um chamado
dum homem de posição.

Portanto não vão julgar
Que eu seja presumido
Só penetrei na cidade
Não foi por ser atrevido
Foi atendendo um chamado
Do homem mais elevado
Que eu tenho conhecido

Foi por intermédio desse

Que obtive o perdão
Dele também recebi
A minha nomeação
Troquei, disso não duvido
Minha farda de bandido
Por outra de capitão.

Quem era este “homem de posição”, esse “homem mais elevado”? Padre Cícero ou Floro Bartholomeu? Nas tradições orais, os dois nomes são plausíveis para a resposta. Se os dois nomes eram mais ou menos aceitos, por que o poeta deixou a questão em aberto? Força de expressão irônica, para mostrar a complexidade do assunto? Medo de represálias diante de tão polêmico episódio? De um jeito ou de outro, este é mais um indício da multiplicidade de narrativas que são inventoras e invenções de dois mitos opostos e complementares: Padre Cícero e Lampião.

Em muitas narrativas, Lampião é um monstro sagrado. Seduz e amedronta. A própria palavra “monstro” sugere esta ambigüidade: “Primeiro: a espetacularidade, proveniente do fato de que o monstro se mostra para além de uma norma (*monstrum*). Segundo: o mistério, causado pelo fato de a sua existência nos fazer pensar numa advertência oculta da natureza, que podemos adivinhar (*monitum*).”¹⁸

Em alguns trechos da Literatura de Cordel, a voz do Padre Cícero aproxima-se da estética guerreira, constitutiva do imaginário em torno de Lampião, que, por sua vez, era visto como um homem sacralizado, marcado por um destino misterioso. Em seu folheto *História da guerra de Juazeiro em 1914*, João de Cristo Rei informa que:

Antes de travarem a luta
meu Padrinho disse assim:
o governo do Estado
se revoltou contra mim,
para tomar Juazeiro
prender tudo e me dar fim
Mas ele está enganado
Aqui não entra ninguém
Juazeiro é todo meu
E da mãe de Deus também
Parte aqui na minha terra
O cão, não teve nem tem.

Não tenho medo de homem
Por mais que seja graúdo,

Acima de mim só Deus
Homem rico e casacudo
Querendo me dominar
Se derrota e perde tudo.

Na página seguinte, o poeta mostra que, ao tomar conhecimento da preparação das tropas inimigas para o ataque, Floro foi imediatamente falar com o Padre Cícero: “...a tropa já está no Crato / e nós não temos valados”. Diante disso, Padre Cícero respondeu: “...não temos a quem temer, / Nossa Senhora os prendeu, / e só vão aparecer / quando eu fizer os valados / eles vêm para morrer.” Com uma rápida adaptação, tal coragem guerreira era análoga à voz destemida de Lampião. Na métrica do poeta Cristo Rei, a proximidade entre as falas de Cícero e Virgulino apresentou-se em relação de escorregadia semelhança...

Para narrar seu encontro com Lampião em Juazeiro, Cego Aderaldo fez o seguinte improviso:

Eu peguei o instrumento,
Saí, e não meditei,
Para a casa de João Mendes,
Cheguei lá, me apresentei,
Lampião falou comigo
E eu lhe cumprimentei.

Lampião então me disse:
‘Eu só mandei lhe chamar,
Foi para lhe conhecer
E ouvir você cantar,
Tudo que souber de mim
Você pode improvisar.

Meu padrinho Padre Cícero
Gosta muito de você,
Por isto eu gosto também,
Não tem quem vá lhe ofender.
Cante logo um bocadinho,
Tenho muito que fazer...

Tempos depois, quando Aderaldo viajava pelos sertões de Alagoas, pediram-lhe um parecer sobre a vida de Virgulino. Pegou a viola e cantou o improviso que, rapidamente, se tornaria bastante reproduzido na tradição oral:

O retrato de Lampião
Eu descrevo com capricho:
Não brigando, era simpático,
Dentro da luta era um bicho,
Com o seu terno de mescla
E alpargata de rabicho...

Pulava igualmente a gato,
Com o rifle e a cartucheira
Mais um rifle pequenino
Que tinha na bandoleira
E um revólver Anagão
Chamado espanta-ribeira.

Ostentava na cabeça
Um grande chapéu de couro,
O seu pescoço era ornado
Com um lindo colar de ouro.
Com um lindo colar de ouro.
Se lia no rosto dele:
"Não suporto desaforo".

Zé Antônio do Fechado
Foi um grande valentão;
Zé Dantas, João Vinte e Dois
Era uma assombração...
Jesusíno brigou muito,
Mas não como Lampião.

Tão importante quanto conhecer Virgulino foi cantar na casa do Padre Cícero: "O Nome do Santo Padre / Anda pelo mundo inteiro, / A cidade está crescendo / Com este povo romeiro, / Devido às grandes virtudes / Do santo de Juazeiro."

Na métrica do conhecido "repentista", Padre Cícero e Lampião estavam na condição de figuras míticas. E muitos sertanejos pensavam dessa forma. Mas não se devem esperar explicações cartesianas desses que assim percebiam. Nem é possível vislumbrar homogeneidade em tal imaginário. Há uma multiplicidade de relações constituídas entre o "Santo de Juazeiro" e o "Rei dos Cangaceiros", que transita do complemento à quase contradição.

Não há mito sem narrativa. Padre Cícero e Lampião existem em suas múltiplas formas míticas na medida em que são narrados. Nas tessituras do dizer, Padre Cícero e Lampião encarnam valores fundamentais, não como tradições congeladas, mas como atualizações de valores socialmente compartilhados, que se fazem mitológicos ao passo que se aproximam da

condição de *metáforas vivas*, como diria Paul Ricoeur.

Cego Aderaldo também está em espaços míticos, ou melhor, em territórios das narrativas orais (ou escritas) que ressoam e seduzem a imaginação dos sertanejos. Era um guerreiro da palavra. Tinha fama de nunca perder desafio, de manejar a rima com uma astúcia sem igual. Seduzia as platéias em pelepas que só tinham fim na madrugada. Como todos os cantadores, Aderaldo não poderia ser modesto em seu "repente". Afinal, o grande espetáculo, a habilidade mais admirada, estava na luta de palavras entre dois "repentistas". Nesse jogo lúdico e bélico, não poderia haver modéstia. Quando se encontrou com Lampião, Aderaldo cantou: "Eu disse: Existe três coisas / Que se admira no sertão: / É o cantor Aderaldo / E a coragem de Lampião / E as cousas prodigiosas / Do Padre Cícero Romão."

O repente, a coragem e a santidade. Para falar sobre esses valores no sertão, é preciso mencionar Aderaldo, Virgulino e Cícero. Para aqueles que vivenciam tal aforismo nas mais variadas formas de narrar, Aderaldo, Virgulino e Cícero são *operadores de imagens*, no sentido que Bachelard dá a esse termo.¹⁹ Nesse caso, imaginar não é fazer uma imagem do existente e sim atizar possibilidades de criação, quer dizer, animar a intuição de fazer do "real" a matéria-prima de "outras realidades". Referir-se a *operadores de imagens* significa falar de elementos que erotizam a imaginação, que fertilizam a poética das palavras, em uma insaciável vitalidade.

No livro *Cantadores*, publicado em 1921, Leonardo Mota reproduz a longa composição de Cego Aderaldo sobre a Sedição de Juazeiro. Nesse caso, tudo é narrado na ótica do Governo. Quem assume a condição mítica é o Capitão Jota da Penha e não o Padre Cícero:

Sua roupa era amarela,
As bota da mesma cô.
O chapéu – de aba deitada,
Da forma de Imperadô;
Pulando no seu cavalo,
De um só pulo se montou.
Depois, o Jota da Penha
Ficou muito admirado
De vê tanto jagunço...
O sertão tava encarnado!
Tinha muitos no caminho
E outros, pelos paus, trepado.

Gritou o Jota da Penha:
- Fogo, fogo, Bataião!

Atirem nesses jagunço,
Não quero vê compaixão,
Acabemo esta canalha,
Esta corja de ladrão!

A vida do comandante do governo lembrava o romance épico do medievo: “Jota da Penha a cavalo, / Pros jagunços conhecê-lo, / Era um Roldão destemido... / No mei de tanto atropêlo, / Dava viva ao Ceará / E a Marco Franco Rabelo!”. A narrativa se compõe a partir de Fortaleza, e Juazeiro representa o outro, o inimigo a ser vencido. Para Aderaldo, Jota da Penha morreu como herói: “O nobre Jota da Penha / Rolando caiu no chão, / Ficou rolando na terra / Com seu revolve na mão, / Mas, coitado! o home morto / Não pode fazê ação !!!”. Ao encontrar o corpo sem vida, um soldado rezou: “- Deus te dê a salvação, / Bôca que nunca mentiu, / Braço de herói destemido, / Mão forte que resistiu!”

O lugar de onde partia a voz de Aderaldo não era Juazeiro e sim Fortaleza: “Eu tava na Capital / Naquela noite aflitiva, / Na hora que foi chegando / Aquela locomotiva / Trazendo Jota da Penha, / Corpo morto e alma viva”.

Em seu livro de memórias, publicado em 1962, Aderaldo não cita a composição sobre a “Guerra de 14”. Juntá-la à sua narrativa sobre o encontro com o Padre Cícero em 1926 seria uma contradição. Em 1914 ou 1915, Aderaldo versejou a favor de Franco Rabelo, e em certa medida contra os “bandidos de Juazeiro”. Em 1926, ou melhor, em suas memórias sobre 1926, publicadas em 1962, a situação ficou diferente: o Padre Cícero foi tratado como o “Santo de Juazeiro”.

Há duas saídas para o entendimento da questão: no decorrer do tempo, entre 1914 e 1962, ele transformou-se em devoto do “Padrinho”, ou a diferença de posições é uma contradição da sua vida (ou das suas rimas...). De um jeito ou de outro, em sincronia ou diacronia (ou em mistura das duas coisas), percebe-se que procurar coerência cartesiana, na floresta de rimas sobre Juazeiro, é tarefa inútil.

PASSAGEM DOS CORPOS

Em meados de 1921, o povo de Juazeiro ficou sabendo que o vigário Pedro Esmeraldo realizaria uma grande reforma na Igreja de Nossa Senhora das Dores. Falava-se que a torre da Matriz seria derrubada e reconstruída, pois sua base apresentava rachaduras. Aos ouvidos de muitos devotos, a notícia

não foi bem recebida. Surgiram, então, boatos sobre grupos de penitentes da cidade - ou de outras paragens - que não permitiriam a intervenção.

Ignorando as ameaças, Padre Esmeraldo continuou a usar o púlpito para condenar e reprimir o “fanatismo de Juazeiro”. Em suas pregações, feria os devotos naquilo que não poderia ser violado, isto é, atingia duramente a fé nos poderes do Padre Cícero. Com base nas orientações do Bispa do Crato, Padre Esmeraldo procurava implantar, em Juazeiro, a “romanização” da Igreja. Para muitos habitantes da cidade, sobretudo aqueles que moravam na periferia e desenvolviam rituais condenados pela Igreja - como a auto-flagelação ou promessas com o “Padrinho” - , Padre Esmeraldo era um enviado do mal de que havia recebido ordens para destruir a “Terra da Mãe de Deus”.

Acreditando na força de sua autoridade clerical, Padre Esmeraldo noticiou que o trabalho de derrubada da torre teria início, no dia 16 de setembro. No amanhecer do dia marcado para a reforma, a Matriz ficou completamente cercada por uma legião de fiéis. Com maior ou menor intensidade, grande parte da multidão estava pronta para defender a Igreja a qualquer custo. Falava-se que, além de derrubar a torre, o vigário pretendia levar a Imagem da Padroeira para a cidade vizinha.

Logo depois da missa matinal, o mestre-de-obras recebeu as orientações para o início dos trabalhos. Ao primeiro som de sua ferramenta ferindo a base da torre, a multidão que estava em seu redor começou a gritar: “Não cava... Não cava...”. Constrangido e assustado, Padre Esmeraldo anunciou: “Não vim aqui para questionar, deixo isto e vou-me embora”. Enquanto isso, um grupo de fiéis arrancou as chaves da Igreja das mãos do zelador.

Criou-se, então, uma enorme algazarra. Sem comandante, nem disciplina, vários devotos transmutavam-se em soldados de Cristo, prontos para defesa de Nossa Senhora das Dores. Entretanto a agitação pouco tempo durou. Com a chegada do Padre Cícero ao lugar, os ânimos acalmaram-se. Mas o êxito do pacificador não foi completo, pois, quando ofereceu apoio e segurança ao Padre Esmeraldo, apenas ouviu uma resposta curta e definitiva: “Agora é tarde, Padre Cícero”. Indignado e furioso com a “plebe ignara”, Padre Esmeraldo voltou à sua residência e, em seguida, retirou-se para o Crato, deixando a Matriz sem vigário.²⁰

Em 1934, mais precisamente no final do mês de outubro, voltou à cena o boato sobre a possível transferência da Imagem. Começaram a ganhar ressonância na cidade alguns comentários sobre um plano a ser executado pelos inimigos do Padre Cícero. Falava-se que os comunistas pretendiam roubar a imagem de Nossa Senhora das Dores. Com isso, iniciou-se um fervoroso movimento em defesa da Matriz. Aos poucos, foi se formando um

aglomerado de devotos pelos arredores do Templo, com o objetivo de proteger a imagem da Padroeira.

Atualmente, antigos moradores da cidade lembram que os devotos reunidos em torno da Matriz ficaram conhecidos como “os caceteiros”, pois quase todos vigiavam Nossa Senhora de posse de um cacete ou uma foice. A primeira exigência do grupo - receber do vigário as chaves da Igreja - não foi atendida. A esperança do Padre Juvenal Maia era vencer, pelo cansaço, os rebeldes do rebanho. A previsão, entretanto, não se efetivou: os dias passaram e a milícia de Nossa Senhora continuou firme e forte.

No dia 04 de novembro, os fiéis passaram da ameaça para a ação. No final da tarde, o Padre Juvenal foi atacado por um pequeno contingente de devotos armados de cacete e foice. Aflito e perplexo, conseguiu escapar do conflito apenas com um ligeiro ferimento no braço, graças ao apoio de moradores da cidade que se encontravam na Matriz. (Cf. *Jornal O Povo*, 05/11/1934).

Logo depois do confronto, no qual alguns defensores do vigário saíram feridos, os “caceteiros” conquistaram, enfim, o tão esperado espaço: todos ficaram posicionados em volta do Altar principal, prontos para livrar a “Mãe das Dores” de qualquer ataque dos infiéis. Para muitos, havia forte receio em relação a uma possível guerra entre cristãos e comunistas, pois os padres avisavam que comunismo era sinônimo de ateísmo.

Ao tomar conhecimento da agressão sofrida pelo Padre Juvenal, o Cap. Ozimo reuniu o pequeno contingente local, composto por oito soldados e dois sargentos, e dirigiu-se à Matriz. Chegando às portas do templo, ficou criado o impasse: enquanto os policiais exigiam a dispersão do grupo, os devotos não mostravam a menor disposição para deixar o lugar. Para reprimir o movimento rebelde, a polícia começou a disparar na direção do teto. Na fé de estarem com o corpo fechado, os protetores de Nossa Senhora iniciaram o contra-ataque, enfrentando as armas de fogo com cacetes. Rapidamente, o espaço em volta do Altar ficou completamente banhado de sangue. Com a chuva de balas, cerca de dez devotos caíram sem vida. Outros ficaram agonizando, enquanto a morte pouco a pouco se consumava. Nenhum soldado morreu.

Os momentos nos quais os devotos pegaram em armas para defender Nossa Senhora podem ser vistos como duas situações que estão inseridas em uma história de longa duração, ou melhor, em um grande conjunto de experiências religiosas que, a partir de traços da doutrina cristã, assumem o sentido de “guerra santa”. O caso de Juazeiro não configura uma singularidade: faz parte do complexo terreno de práticas cristãs que se utilizam das armas em defesa do sagrado.

Entre os vários registros sobre a formação de grupos armados para a defesa de um santo ou uma santa, há, por exemplo, o episódio da Igreja de Almofala, localizada em uma pequena cidade do litoral cearense. Antes de ser soterrado pelas areias das dunas do Acaraú, o velho templo em estilo colonial presenciou o acirrado conflito em torno de uma imagem. A partir do relatório redigido pelo padre Antônio Tomás, sabe-se que a última missa foi celebrada no começo de 1898, pois o templo começava a ficar soterrado. Paulatinamente, as dunas avançavam, tangidas pela força do vento. Em outubro daquele ano, o padre Antônio Tomás foi buscar as imagens para guardá-las em outra igreja, a 10 quilômetros de distância. A sacristia estava invadida pela areia e uma camada de pó já cobria o altar. Fez-se uma limpeza rápida e celebrou-se a missa, ocasião em que o padre explicou à multidão o que viera fazer. Mas, quando foi colocar nos andores os santos que iam ser retirados, os devotos armados de cacete e faca impediram o ato. Mesmo com a intervenção do subdelegado, Joana Camelo escapuliu em disparada com a imagem de Nossa Senhora nos braços. O sacerdote correu atrás e logo alcançou a devota, causando grande confusão entre os que eram a favor e aqueles que eram contra a devolução da santa. De acordo com as lembranças do padre, “... *fechou-se o tempo*, como lá diz o povo na sua gíria, e nada mais se ouviu senão o estalar dos cacetes e o vozear clamoroso do mulhério alvoroçado...”²¹

Em 1928, um comerciante de São Miguel prometeu ao vigário uma nova imagem para a Igreja. A notícia logo mobilizou os fiéis, que não permitiram a substituição do santo original. Padre Tertuliano tentou explicar que se tratava de uma promessa, mas nada adiantou. Não conseguiu entronizar o santo recém-chegado no lugar do antigo. Resultado: a imagem nova foi colocada ao lado da antiga. Naquela mesma época, havia a querela em torno de um São Sebastião, cuja posse era disputada pelas igrejas de Caraúbas e Apodi. Certa vez, os ânimos esquentaram e os caraubenses armaram-se para arrancar o santo à força e levá-lo para a outra igreja. No entanto, a “turma do deixa disso” conseguiu arrefecer a beligerância dos mais exaltados. O caso deixou de herança o ressentimento entre Caraúbas e Apodi, que, por muito tempo, permaneceu insolúvel.²²

Os episódios de Almofala, São Miguel ou Apodi x Caraúbas guardam significativa semelhança com os fatos de Juazeiro, nos anos de 1921 e 1934. Reinava a idéia de defender o sagrado. Além de abrir visibilidade para traços de uma prática religiosa que acolhe as imagens como presença do Além, tais conflitos carregam subsídios para uma reflexão sobre as formas pelas quais os padres eram tratados. Percebe-se que, em princípio, o sacerdote é um “status” de grande prestígio. Trata-se de um intermediário entre Deus e os

homens. Contudo podem emergir traços de desconfiança em torno da legitimidade clerical, sobretudo quando o sacerdote mostra-se com o intuito de retirar o santo do lugar. Na experiência religiosa configuram-se sentidos que não obedecem ao direcionamento oficial.

Mesmo fazendo parte de uma “história de longa duração”, os acontecimentos de 1921 e 1934 possuem suas especificidades, ou melhor, uma historicidade que os compõe de modo diferenciado, a partir de tensões e acordos constituídos na urdidura da experiência social.

Em 1921, quem acalmou os ânimos foi o próprio Padre Cícero e a postura dos devotos era, em princípio, calcada na experiência religiosa. Tratava-se de mais um conflito em face da política de romanização. Pelo menos em parte, o confronto foi gerado como resposta dos fiéis aos impropérios do Padre Esmeraldo, que costumava condenar o “lamentável fanatismo”. Magoados naquilo que tinham de maior significado - o amor ao Padre Cícero e a Juazeiro -, os fiéis atacaram o abusado forasteiro impedindo seu projeto, isto é, a reforma na torre da Matriz.

Em novembro de 1934, a situação foi diferente. Padre Cícero estava morto e quem procurou dissolver a querela foi a polícia. Além disso, entram em jogo outras questões: o padre Juvenal não se declarava inimigo dos “fanáticos” - nem do Padre Cícero - e o perigo não era mais representado por um vigário romanizado (como acontecera com Padre Esmeraldo em 1921) e sim pelos comunistas. A defesa da Virgem constituiu-se em outras dimensões. O conflito de 1934 ganhou ressonância nos jornais da capital como uma tragédia que teria ligação com as disputas entre os grupos políticos de Juazeiro.

Ao que parece, o movimento ficou circunscrito a uma pequena parte dos peregrinos ou de devotos que moravam em Juazeiro, sobretudo os habitantes da periferia, pois lá era o lugar onde a experiência religiosa mostrava-se menos submissa e, portanto, mais predisposta para ações de confronto mais direto. Vale lembrar que os seguidores do Padre Cícero não formam um grupo homogêneo. Pelo contrário: trata-se de um contingente de homens e mulheres que constituem uma infinidade de vivências religiosas, que vão desde a prática de um “catolicismo iluminista” até a experiência mística dos que se transformam em penitentes ou beatos e, em certas circunstâncias, arriscam a própria vida em nome de um ideal, como na “Guerra de 14”.

Além de apresentar os “caceteiros” como “elementos disfarçados de romeiros”, o jornal *O Povo* teve o cuidado de mostrar que muitos dos envolvidos eram fiéis ingênuos, que acabaram agindo a partir de um grande mal-entendido:

No dia 23 de Setembro findo, disse-nos o nosso informante, o revdmo. Monsenhor Esmeraldo, em um sermão na Matriz de Nossa Senhora das Dores, referiu-se ao perigo comunista, chegando a proferir que ‘o Comunismo vem aí’. Logo em seguida, pediu aos romeiros que guardassem a igreja, no sentido geral, já se vê, e não só a igreja das Dores, como foi interpretado pelos fanáticos. Ora, justamente nessa ocasião, monsenhor Esmeraldo sentiu os primeiros sintomas da congestão que o veio vitimar no dia seguinte, não podendo, sequer, terminar ou esclarecer o que quisera dizer com ‘o Comunismo vem aí’ e que o povo guardasse a Igreja. Data daí, pois, a questão. Compreenderam os fanáticos que o comunismo vinha no trem, e a igreja das Dores é que devia ser guardada. Prova disso é que, logo no dia 24, dia da morte do revdmo. Monsenhor Pedro Esmeraldo, os fanáticos tomaram conta da Matriz. (Jornal *O Povo*, 06/11/1934)

Ao que parece, a morte do Monsenhor Esmeraldo foi um dos fatores que levaram os devotos para fervorosa vigilância pelos arredores da Matriz. No imaginário dos fiéis, já havia o temor em relação a um possível ataque dos comunistas. Falar sobre comunismo significava fazer referência a um dos maiores inimigos da religião. O falecimento do padre ficou associado a interferências de forças do mal, ou a um prenúncio de catástrofe, como a destruição da Matriz.

De acordo com algumas avaliações publicadas na imprensa de Fortaleza, a origem de tudo residia em uma querela de cunho político: “Para prejudicar a votação ali do ilustre filho daquela cidade, Dr. Xavier de Oliveira, assoalhou-se, entre os romeiros, que (...) o digno candidato cearense era comunista, e ia seqüestrar a imagem da padroeira.” (Jornal *O Povo*, 07/09/1934).

De qualquer forma, fica evidente que, em certas ocasiões, o fiel subtrai a legitimidade dos padres, em nome de um contato mais direto com o poder do sagrado. Sentindo-se mais próximo dos santos, o devoto encontra fundamento para invalidar a legalidade da estrutura de poder instituída pela tradição. Como ressalta o historiador Gershom Scholem, o misticismo costuma apresentar forças que abalam a legitimidade “da autoridade tradicional.”²³

Em Juazeiro, muitos acreditam que estão em contato imediato com o maior dos poderes - a luz que alumia o caminho da vida eterna. Quem se vê como partícipe de tão grandioso acontecimento guarda em si uma rebeldia que pode se expressar das mais variadas maneiras. Desde a persistência de fazer as romarias proibidas pela Igreja, até a coragem dos combatentes de 1914. Desde o sussurro da oração, aos gritos contra a derrubada da torre em 1921.

Imbuída na fé de agir em nome de Deus, a rebeldia diante do poder

instituído ganha fôlego que pode chegar ao limite mais radical: o sacrifício da vida, momento em que o sangue derramado é agônico e redentor, como a transmutação da hóstia consagrada em 1889. A “Terra da Mãe das Dores” ganhou existência no sangue de Deus e dos Homens.

Foi com o sangue de Cristo derramado na boca da Beata Maria de Araújo que os devotos fundaram o “Meio do Mundo”, no Vale do Cariri. Terra que se faz sagrada a partir dos mais variados rituais: desde o corpo que é destemido e guerreiro porque se acredita impenetrável até o ritual do romeiro que percorre as contas do rosário, com a determinação e a delicadeza de quem tece um bordado.

Em tudo isso, o sangue é a medida: pode ser ou não derramado, do corpo de Cristo ou dos cristãos. Se o corpo não estava vedado, se morreram devotos na “Guerra de 14” e dentro da Matriz, isso não significa falta de proteção, pois o mais importante é a garantia da vida eterna. Se alguns fiéis perderam a vida em defesa de Juazeiro, isso não elimina a possibilidade de acreditar nas histórias da fé, como o caso da bala que, durante o ataque rabelista, foi e voltou.

Na multidão que impediu a reforma da torre e no sangue derramado no Altar de Nossa Senhora das Dores está o ideal dos que lutaram na “Guerra de 14”, ou melhor, o intuito de defender o espaço sagrado, com a proteção de Deus. Em cada corpo baleado, estendido no chão da Matriz, está encravada a idéia de morrer em nome de Nossa Senhora, ou viver apesar das balas, que não conseguiriam penetrar o “corpo fechado”. Assim como Lampião, os “caceteiros” também acreditavam na existência de rituais que faziam da carne uma tessitura impenetrável. Se a morte veio, todos morreram na esperança de ter a misericórdia divina.

Para muitos sertanejos, Lampião e Antônio Silvino tinham o “corpo fechado”, em ritual operado por algum “feiticeiro”. Para explicar a forma pela qual os cangaceiros escapavam da chuva de balas durante os combates era preciso recorrer aos mistérios do sagrado.²⁴

Um dos episódios que fazem a trama do folheto *Lampeão e a Velha Feiticeira*, de José Pacheco, gira em torno da tentativa de “abrir o corpo” do lendário cangaceiro. Trata-se da vingança planejada por uma “Feiticeira”, que viu sua filha ser “deflorada” pela crueldade de Virgulino. Vingá-la através do feitiço era a saída, pois “dar parte” na delegacia era inviável. Nenhum soldado, nenhum batalhão conseguiria capturar o bandoleiro. Apelar para a justiça terrena era como “... dar caldo a quem morreu / mandar doido fazer feira / botar suspensório em cobra / gravata em caranguejeira / levar boi pra ouvir missa / é querer torrar lingüiça / numa panela de cêra”.

Num dia de sexta-feira, ela fez seu “catimbó”, usando rabo de gato preto, olho de sapo, pimenta, casca de jurema preta, dente de quem já morreu e outros materiais: “Botou também uns cabelos / que tirou do corpo dela / um bocadinho do suvaco / outro tanto da titela / o resto foi dum lugar / que eu não posso explicar / e o leitor pergunte a ela”. Tudo isso foi misturado em um complexo ritual, que incluía práticas como rezar o Credo ao contrário, fazer cruzeiro na testa e “um sino de Salomão”. Se o cangaceiro passasse por esse lugar, ficaria de “corpo aberto” e, desse modo, iria pagar “a desonra de Maria”.

Este era o intuito da vingadora: o feitiço iria anular as forças “dos cabras de Lampeão”, e ela pessoalmente poderia prendê-los. Mas nada deu certo, “porque Lampião também / era mestre do ofício / desconfiou da cilada / não passou mais na estrada / da panela do feitiço”. Mas a “Feiticeira” não desistiu e chegou a fazer um acordo com o Demônio. Mas, nada adiantou. Lampião continuou com o corpo fechado... Em outros termos: Virgulino estava na dimensão do sobrenatural.

Na “Guerra de 14”, ter o “corpo fechado” foi também uma questão de inestimável importância. Para o poeta João de Cristo Rei, aqueles que combatiam o Padre Cícero ficavam com o “corpo aberto”, sem proteção:

Quando o valentão se viu
No cerco da desventura
Gritou romeiros se rendam
Que minha parada é dura,
Eu sou o Jota da Penha
Homem que bala não fura.
Os romeiros lhe disseram
Vamos ver se fura ou não,
Deram nele uma descarga
Deixaram morto no chão,
E foram pra Fortaleza
Para findarem a questão.

Além de evidenciarem a materialização do sagrado nas imagens, os acontecimentos de 1921 e 1934 na Matriz de Juazeiro trazem indícios da relação entre corpo do santo e corpo do fiel. Nos mais variados processos de fechamento do corpo, o santo se faz presente. Mas, em certos momentos, a idéia da proteção pode sofrer uma inversão: o corpo protegido do devoto torna-se corpo protetor, escudo que protege a integridade física do santo. Na “Guerra de 14” ou nos conflitos de 1921 e 1934 em defesa da Virgem, o corpo protegido pelo santo era também um corpo que oferecia serviços de segurança ao sagrado.

As múltiplas relações entre o santo e o devoto estão permeadas de intimidade, em fronteiras e definições que dependem da circunstância. A metamorfose não acontece somente quando o santo protetor assume o papel de protegido, mas em outras relações, tais como: castigar e receber o castigo ou mandar e ser mandado, tudo em inversões ou conversões que misturam sagrado e profano. Em certos momentos, as ligações entre o devoto e o santo criam “corpos de passagem”.²⁵

Ao estudar a “religiosidade do povo do Cariri” em finais do século passado, Irineu Pinheiro lembra que, na festa de São Gonçalo, havia a imagem do santo numa mesa, que servia de altar, enfeitada de flores, coberta com uma toalha, “em frente à qual dançavam os devotos e entoavam, noites a fio, versos iguais ou semelhantes a êstes: ‘São Gonçalo de Amarante, / Casamenteiro das moças, / Casai vós a mim primeiro / Pr’a depois casar as outras’.”²⁶

Gilberto Freyre lembra que a imagem de Santo Antônio costumava receber várias torturas para que atendesse, o mais rápido possível, ao pedido do fiel: ficava pendurada de cabeça para baixo dentro de uma cacimba, ou enterrada no chão; poderia ficar com o rosto virado para a parede ou mesmo mergulhado dentro de um velho urinol. Tudo isso para o santo resolver problemas do coração, achando o amor que se perdeu. Servia também para realizar o casamento que o devoto desejava. As festas de São João, mencionadas nas crônicas do Brasil colonial, também tinham objetivos ligados ao relacionamento erótico: “...as funções desse popularíssimo santo são afrodisíacas; e ao seu culto se ligam até práticas e cantigas sensuais. É santo casamenteiro por excelência (...)”.²⁷

Em certo sentido, os fiéis de Juazeiro fazem parte da “religiosidade popular da colônia”, que possuía vários desacatos a crucifixos ou imagens de santos. Pouco ortodoxo, o catolicismo vivenciado no Brasil colonial se fazia presente “num movimento ambíguo - como ambígua é a cultura popular - , afetivização e detração se aproximavam muitas vezes: o santo que se venera, que se adora, com que se trocam confidências é também aquele que, no contexto da economia religiosa do toma-lá-dá-cá, pode se atirar num canto, xingar, odiar em rompantes de cólera ou de insatisfação”.²⁸

A ligação com o sagrado não excluía os toques de ironia, não eliminava o uso do corpo (como nas danças de São Gonçalo), nem salvava a estátua do santo de uma possível tortura, como forma de pressionar os poderes do Além.

A relação entre o corpo do devoto e a imagem do santo constitui-se em rituais que, de algum modo, denotam sentidos de intimidade. A amplitude de tal experiência vai do ato de dançar ao movimento belicoso; da distância

respeitosa à inversão de papéis, quando protetor transforma-se em protegido, ou quando o agente do castigo assume a condição de castigado. O Santo e a Santa de Juazeiro, quer dizer, Padre Cícero e Nossa Senhora das Dores constituíram-se nas urdiduras dessa ambígua intimidade, que é sagrada e profana.

NOTAS

- 1 PINHEIRO, Irineu. *O Joazeiro do Padre Cícero*. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti Editores, 1938. P. 49, 50.
- 2 CERTEAU, Michel de. *A invenção do Cotidiano: 1. artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 47.
- 3 Ao estudar o cotidiano das mulheres pobres de São Paulo no século XIX, Maria Odila afirma: “Os contos populares documentam o desempenho de papéis para os quais não há preparo nem aprendizado, senão a própria rotina do cotidiano, mais a experiência da vida, segundo as protagonistas da sabedoria de espertezas e artimanhas, que os gregos cultuavam como a deusa Metis, em oposição à razão e à sabedoria erudita. O trato do cotidiano exigia a malícia peculiar às viradas da roda da fortuna e da *apoiké*: interrupção da rotina por imprevistos do azar, do acaso, contra a qual não há ciência, senão a arte da improvisação.” DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e Poder em São Paulo no século XIX*. 2. Ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1995. P. 58-59.
- 4 PINHEIRO, Irineu. *O Joazeiro do Padre Cícero*. Op. cit., p. 53-56.
- 5 MOTA, Leonardo. *Cantadores (poesia e linguagem do Sertão Cearense)*. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1960. p. 258.
- 6 ZUMTHOR, Paul. *Introdução à Poesia Oral*. São Paulo: Hucitec / Educ, 1997. p. 32.
- 7 MOTA, Leonardo. *Cantadores*. Op. cit., p. 258, 260-261.
- 8 SOUZA, Ilda Ribeiro de. *Sila – memórias de Guerra e Paz*. Recife: Universidade Federal Rural de Pernambuco, 1995, p. 33.
- 9 MOTA, Leonardo. *Cantadores*. Op. cit., p. 260.
- 10 Jerusa Pires Ferreira lembra que a amplificação épica para narrar os combates “está na matriz do folheto carolíngio e foi utilizada por todos os novos narradores que daí partiram”. Boa parte dos folhetos produzidos no Nordeste, que de alguma forma enfocam as astúcias da coragem de combates são reinvenções desse ideal ético e estético: “a colocação de exagero para afirmação de proezas é a própria essência do fenômeno cavaleiresco, o que também parece coincidir perfeitamente com as tendências mais espontâneas do sertanejo, em seus relatos orais ou disputas cantadas, quando para querer sobrepujar os heroísmos e convencer os ouvintes são os extremos conduzidos dentro deste tom superlativo e amplificado.” FERREIRA, Jerusa Pires. *Cavalaria em Cordel: o passo das águas mortas*. São Paulo Hucitec, 1993. p. 84.
- 11 Em certo sentido, os folhetos sobre a “Guerra de 14” estão dentro da tradição do Marco. Como diz Câmara Cascudo, “Marco é uma construção imaginária, que os cantadores do Nordeste dizem ter mandado erguer, cheia de armas invencíveis, espécie de fortaleza inexpugnável, com segredos defensivos e forças mágicas, a que ninguém poderá resistir. Os

- mais velhos cantadores de outrora, no embate do desafio, descreviam os assombros do marco, cabendo ao adversário, no ímpeto da improvisação, desarmar o arsenal, num combate de viva imaginação”. CASCUDO, Câmara. *Dicionário do Folclore Brasileiro*. Belo Horizonte: Itatiaia / São Paulo: Edusp, 1988, p. 474.
- ¹² SUASSUNA, Ariano. *Aula Magna*. João Pessoa, Editora da UFPB, 1994. p. 36.
- ¹³ ANDRADE SILVA, Antenor de. *Cartas do Padre Cícero (1877-1934)*. Salvador: E.P. Salesianas, 1982.
- ¹⁴ MENEZES, Fátima. *Lampião e o Padre Cícero*. Recife: Editora da UFPE, 1985. p. 100-101.
- ¹⁵ CHANDLER, Billy Jaynes. *Os Feitosas e o Sertão dos Inhamuns; a história de uma família e uma comunidade no Nordeste do Brasil - 1700-1930*. Fortaleza: Edições UFC / Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980. P. 102.
- ¹⁶ CERTEAU, Michel de. *A Invenção do Cotidiano*. Op. cit.
- ¹⁷ Como ressalta Câmara Cascudo, “a sugestão da valentia é irresistível para o povo, admirando no cangaceiro, no bandoleiro audaz o destemor e não o ato criminoso. Assim o bandido Vilela, coberto de assassinatos e violências, faz penitências e santificou-se, na famosa cantiga: “Sai o Vilela de casa, / Nos matos escolhe um canto, / E ninguém nunca pensava / Que êle vivesse tanto... / E, ao cabo de 40 anos, / Morreu Vilela e foi Santo”. CASCUDO, Câmara. *Cinco Livros do Povo*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1953. p. 31.
- ¹⁸ CALABRESE, Omar. *A Idade Neobarroca*. Lisboa: Edições 70, 1999. p. 106.
- ¹⁹ BACHELARD, Gaston. *A Chama de uma Vela*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1989.
- ²⁰ MENEZES, Fátima e ALENCAR, Generosa. *Homens e Fatos na História de Juazeiro*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 1989. p.112.
- ²¹ Cf. Barroso, Gustavo. *À Margem da História do Ceará*. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1962. p. 115.
- ²² Nonato, Raimundo. *Figuras e Tradições do Nordeste*. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti – Editores, 1958. p. 119.
- ²³ Scholem, Gershom. *A Cabala e seu Simbolismo*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1997. p. 26
- ²⁴ Cf. Terra, Rute Brito. *Memória de lutas: literatura de folhetos do Nordeste (1893 a 1930)*. São Paulo: Global Editora, 1983. p. 102.
- ²⁵ Cf. Sant’Anna, Denize Bernuzzi. *Corpos de Passagem: ensaios sobre a subjetividade contemporânea*. São Paulo: Estação Liberdade: 2001. p.103-127.
- ²⁶ Pinheiro, Irineu. *O Cariri: Seu Descobrimento, Povoamento, Costumes*. Fortaleza, 1950. p. 95.
- ²⁷ Freyre, Gilberto. *Casa-Grande e Senzala (Formação da Família Brasileira sob o Regime de Economia Patriarcal)*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1961. p. 342.
- ²⁸ Mello e Souza, Laura de Mello e. *O Diabo e a Terra de Santa Cruz*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986. p. 115.